

TERMO DE COOPERAÇÃO N. 021/2012

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob o n. 83.279.448/0001-13, com sede na Rua Bulcão Viana, n. 90, Centro, Florianópolis/SC, doravante denominado TCE/SC, neste ato representado por seu Presidente **Conselheiro Cesar Filomeno Fontes**, e a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob n. 84.712.686/0001-33, com sede na Rua Max Colin, n. 1843, Bairro Centro, Joinville/SC, doravante denominado **AMUNESC** neste ato representado por seu Presidente, **João Romão**, em observância aos princípios constitucionais que regem a administração pública e à supremacia do interesse público, com o objetivo de conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, maximizar os resultados institucionais e contribuir para a melhoria da administração pública por meio de ações educacionais e de orientação social, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, aplicando-se, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com o disposto a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este TERMO DE COOPERAÇÃO tem por objeto a articulação de esforços, formação de parcerias estratégicas e definição de diretrizes em comum, por meio do estabelecimento de ações educacionais conjuntas agrupadas no “*Programa TCE Orienta*”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROGRAMA TCE ORIENTA

O “*Programa TCE Orienta*” está incluído no Programa de Educação Corporativa do



Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), coordenado pelo Instituto de Contas, sendo formado por ações educacionais dirigidas ao público externo, com o objetivo de qualificar agentes públicos e representantes da sociedade sobre conteúdos relacionados ao controle da gestão pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Programa é denominado “*TCE Orienta*” quando as ações educacionais ocorrerem na sede do TCE/SC e “*TCE Orienta Itinerante*” quando as ações ocorrerem em outros locais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Programa é executado pelo Instituto de Contas – TCE/SC e prioriza a realização de parcerias, em especial com as unidades de educação corporativa de órgãos e entes governamentais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os temas gerais das ações educacionais serão selecionados pelos PARTICIPES e a programação adequada às necessidades específicas de cada órgão e/ou entidade.

PARÁGRAFO QUARTO - As ações educacionais podem ocorrer na modalidade presencial ou à distância e serão gratuitas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PARTICIPES

Os partícipes deste TERMO DE COOPERAÇÃO são os seguintes: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Instituto de Contas (TCE/SC – Icon), CNPJ nº 83279448/0001-13, e a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina (AMUNESC), CNPJ nº 84.712.686/0001-33.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Subscvem o TERMO DE COOPERAÇÃO, ao final deste Instrumento, os dirigentes máximos dos partícipes indicados nesta cláusula ou seus




representantes especialmente designados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Outros órgãos ou entidades poderão aderir a este CONVÊNIO, mediante a pertinente formalização em termo aditivo firmado pelos partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

Para iniciar a implementação das ações do TERMO DE COOPERAÇÃO, serão realizadas oficinas de trabalho com representantes designados por todos os partícipes, nas quais serão debatidos, entre outros, os seguintes temas:

- I – compartilhamento de conhecimentos, informações e planejamento das ações educacionais;
- II - instrumentos, normatização e mecanismos de suporte às ações educacionais conjuntas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Instituto de Contas (Icon/TCESC), ficará encarregado pela coordenação dos eventos, bem como pelo registro e divulgação dos seus resultados e encaminhamento das proposições decorrentes aos demais partícipes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Poderão ser programadas outras ações para consecução das intenções previstas neste TERMO DE COOPERAÇÃO, mediante entendimento firmado entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA ATUAÇÃO DOS PARTÍCIPES

Constituem ações previstas no âmbito de atuação dos partícipes:

- I - designar responsável, no âmbito do seu órgão ou entidade, para atuar como agente de



integração, visando facilitar a coordenação e execução das atividades vinculadas ao presente TERMO DE COOPERAÇÃO, bem como para dirimir dúvidas ou prestar informações a elas relativas;

II - designar seus representantes para participação nos foros de debates e nas demais ações derivadas deste TERMO DE COOPERAÇÃO;

III - receber em suas dependências os responsáveis e os representantes de que tratam os itens I e II desta cláusula, para participar do desenvolvimento de atividades atinentes ao objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO;

IV - levar, imediatamente, ao conhecimento dos demais partícipes, ato ou ocorrência que interfiram no andamento das atividades decorrentes deste CONVÊNIO, para a adoção de medidas cabíveis;

V - fornecer as informações e orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento deste TERMO DE COOPERAÇÃO e à formalização de demais instrumentos necessários à execução das ações aqui previstas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O partícipe deste TERMO DE COOPERAÇÃO indicará, até o dia 30 de setembro de 2012, ao Instituto de Contas, por meio do endereço eletrônico - icon@tce.sc.gov.br -, o nome e dado para contato de seu representante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O partícipe se compromete, dentro de suas disponibilidades, a apoiar o Icon/TCESC na realização dos eventos decorrentes deste TERMO DE COOPERAÇÃO, especialmente no que se refere à infraestrutura e logística quando das ações educacionais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O TCE/SC assumirá as responsabilidades quanto aos custos relacionados aos instrutores.

PARÁGRAFO QUARTO - Serão destinadas, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas nas ações educacionais realizadas em áreas de interesse comum promovidas pelo



Tribunal de Contas ou pela AMUNESC, salvo quando restritos ao público interno.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO terá eficácia a partir da data de sua assinatura. A publicação no Diário Oficial do Estado ficará a cargo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a ser providenciada até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO poderá ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, mediante notificação, por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As ações que venham a se desenvolver em decorrência deste TERMO DE COOPERAÇÃO que requeiram formalização jurídica para a sua implementação terão suas condições específicas, descrição de tarefas, prazos de execução, responsabilidades financeiras e demais requisitos definidos em instrumento legal pertinente acordado entre os partícipes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente TERMO DE COOPERAÇÃO é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os partícipes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente TERMO DE COOPERAÇÃO poderá ser divulgado por qualquer dos partícipes, em conjunto ou isoladamente.



PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre os partícipes.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis - SC, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste TERMO DE COOPERAÇÃO que não possa ser resolvida administrativamente, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, os PARTÍCIPES assinam o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, em 03 vias de igual teor e forma.

Florianópolis, 19 de setembro de 2012.

Conselheiro Cesar Filomeno Fontes
Presidente do TCE/SC

João Romão
Presidente da AMUNESC

Testemunhas:

Nome: *Walbéria m R moiel*
CPF/MF: *951328649-53*

Nome: *Eleonora Bahu Perroia*
CPF/MF *421 423 819-72*

discussões foram adiadas, nos termos dos arts. 214 e 215 do Regimento Interno deste Tribunal.

Francisco Luiz Ferreira Filho
Secretário-Geral

no período de 22/10/2012 a 21/11/2012, durante o impedimento do titular que estará em usufruto de licença-prêmio.
Florianópolis, 19 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS SILVA JUNIOR
Diretor-Geral de Administração e Planejamento

Atos Administrativos

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 021/2012

CONVÊNIO TCE/SC E AMUNESC. ESPÉCIE: Termo de cooperação; PARTICIPANTES: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, CNPJ/MF nº 83.279.448/0001-13 e a Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC, CNPJ/MF nº 84.712.686/0001-33; DO OBJETO: Promover a articulação de esforços, formação de parcerias estratégicas e definição de diretrizes em comum, por meio do estabelecimento de ações educacionais conjuntas agrupadas no "Programa TCE Orienta"; DOS RECURSOS: serão desembolsados pelo TCE/SCE, para custear instrutores; DO PRAZO E DA VIGÊNCIA: indeterminado, a contar da sua assinatura; DATA DE ASSINATURA: 19 de setembro de 2012; SIGNATÁRIOS: pelo TCE/SC, o Presidente, Conselheiro Cesar Filomeno Fontes, e pela AMUNESC, seu Presidente, João Romão.

Licitações, Contratos e Convênios

Resultado do julgamento do Pregão nº 43/2012

Objeto da Licitação: aquisição de equipamento tipo TABLET.
Licitantes: Weikan Tecnologia Ltda EPP, Ilha Service Serviços de Informática Ltda., Bee2B Informática Ltda., MWV Web Site Comércio de Produtos Eletroeletrônicos Ltda. ME, Harley de Aguiar Júnior, Zoom Tecnologia Ltda EPP, L. Mohr Ltda EPP, Microsens Ltda., Cek Informática Ltda ME, Infoplan Ltda. ME, Rei dos Reis Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática.
Vencedor: Cek Informática Ltda ME, que cotou o equipamento da marca Samsung GT P5100, cartão Kingston SD4/16GB e capa Samsung EFC-1B1NBE, ao preço unitário de R\$ 1.490,00 e global de R\$ 29.800,00
Florianópolis, 24 de outubro de 2012.

Pregoeiro

Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina

INFORMAÇÃO PGTC Nº 0013/2012

Considerando o que dispõe o parágrafo único do art. 109 da Lei Complementar nº 202/2000 e o Regimento Interno do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, informa-se que:
ADERSON FLORES, matrícula nº 395.352-1, ocupante de cargo de Procurador, estará exercendo, em substituição, o cargo de Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas,